

## Artigo

# Geografia e questão ambiental, da teoria à práxis

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Cristiano Quaresma de Paula

### Resumo

79

A proposta deste ensaio é a de expressar uma leitura da geografia, enfatizando a questão ambiental. A proposição parte da discussão sobre a compartimentação/fragmentação disciplinar, para tratar da contemporaneidade da Geografia brasileira, na qual se evidencia o contraponto entre compartimentação, fragmentação e totalidade. Para estabelecer esta proposta analítica, põem-se em discussão as categorias de localização, de diferenciação, de distribuição e de conexão. Finalmente, destaca-se a importância de uma reorientação na ciência geográfica, frisando o papel dos sujeitos da análise. Centra-se esta construção na necessidade de promover uma reflexão sobre a análise geográfica, sob a perspectiva totalizante, neste caso, em discussões a respeito da questão ambiental. Neste sentido, aborda-se totalidade/totalização como um processo que distingue constituintes, na análise, sem, contudo, desconsiderar as conexões. Constitui o resultado de reflexões iniciadas a partir de Suertegaray (1988) e continuadas no NEGA/UFRGS (desde 2003) e que, mais particularmente, se revelam neste artigo, através do debate entre seus autores, a partir de suas experiências em pesquisa e em extensão, junto aos povos tradicionais, sobretudo, comunidades ribeirinhas.

**Palavras-chave:** totalidade; espaço geográfico; território; ambiente; povos tradicionais.

## **Geography and the environmental question: From theory to praxis**

### **Abstract**

The purpose of this essay is to express a reading of Geography, emphasizing the environmental issue. The proposition starts from the discussion about the disciplinary compartmentalization/fragmentation, to deal with the contemporaneousness of the Brazilian Geography, in which the counterpoint between compartmentalization, fragmentation and totality is evident. In order to establish this analytical proposal, location, differentiation, distribution and connection categories are discussed. Finally, the importance of a reorientation in geographic science is emphasized, stressing in the role of the subjects of the analysis. This construction is centered on promoting a reflection on geographic analysis from the totalizing perspective, in this case, in discussions about the environmental issue. In this sense, totality/totalization is approached as a process that distinguishes constituents in the analysis, without, however, disregarding the connections. It is the result of reflections started from Suertegaray (1988) and continued in the NEGA / UFRGS (since 2003), which are revealed more particularly in this article, through the debate between their authors from their experiences in research and in extension, with the traditional people, especially, the riverside communities.

**Keywords:** Totality; Geographic space; Territory; Environment; Traditional people.

## **Geografía y cuestión ambiental, de la teoría a la práxis**

### **Resumen**

La propuesta de este ensayo es la de expresar una lectura de la geografía, enfatizando la cuestión ambiental. La proposición parte de la discusión sobre la compartimentación / fragmentación disciplinar, para tratar de la contemporaneidad de la Geografía brasileña, en la que se evidencia el contrapunto entre compartimentación, fragmentación y totalidad. Para establecer esta propuesta analítica, se ponen en discusión las categorías de localización, de diferenciación, de distribución y de conexión. Finalmente, se destaca la importancia de una reorientación en la ciencia geográfica, subrayando el papel de los sujetos del análisis. Se centra esta construcción en la necesidad de promover una reflexión sobre el análisis geográfico, bajo la perspectiva totalizante, en este caso, en discusiones sobre la cuestión ambiental. En este sentido, se aborda totalidad / totalización como un proceso que distingue constituyentes, en el análisis, sin, sin embargo, desconsiderar las conexiones. Es el resultado de reflexiones iniciadas a partir de Suertegaray (1988) y continuadas en el NEGA / UFRGS (desde 2003) y que, más particularmente, se revelan en este artículo, a través del debate entre sus autores, a partir de sus experiencias en investigación y en extensión, junto a los pueblos tradicionales, sobre todo comunidades riberañas.

**Palabras clave:** totalidad; espacio geográfico; territorio; medio ambiente; pueblos tradicionales

## Introdução

O presente ensaio delinea uma abordagem na perspectiva da compreensão totalizante, centrando esta discussão na problemática ambiental e parte das considerações sobre a compartimentação/fragmentação disciplinar, para tratar da contemporaneidade da Geografia brasileira, na qual se evidencia o contraponto entre compartimentação, fragmentação e totalidade. Para estabelecer esta proposta analítica, põe-se em discussão as categorias de localização, de diferenciação, de distribuição e de conexão. Finalmente, destaca-se a importância de uma reorientação na ciência geográfica, frisando o papel dos sujeitos da análise.

É intrínseca à Geografia moderna a compartimentação. Isto se expressa em compreensões dualistas, que separam natureza e sociedade, Geografia Física e Humana. A compartimentação se reproduz também em “subcampos”, os quais se propõem a determinadas dimensões da análise geográfica. Na contemporaneidade, no entanto, para além da compartimentação, há a abertura para a pluralidade. Sem negar a importância da mesma, destaca-se que esta, frequentemente, não rompe com a compartimentação, mas se apresenta como fragmentação. Na fragmentação (ruptura), além da separação/afastamento entre os campos, definidos no processo de compartimentação, restringe-se o diálogo no próprio campo com aqueles que seguem a mesma perspectiva (um diálogo entre iguais?). Ressalta-se que isso se expressa tanto nos estudos da sociedade quanto nos da natureza.

Pela redução de diálogo intrínseca à compartimentação e à falta de diálogo decorrente da fragmentação, observa-se, na Geografia brasileira, resistência aos Geógrafos que buscaram a compreensão a partir da totalidade. Essa totalidade, no entanto, não deve ser compreendida como um todo abstrato, pois é estabelecida a partir de um horizonte de pesquisa concreto. Pode-se exemplificar com as pesquisas de Ab’Saber, que, a partir dos estudos da natureza, contribuiu com a compreensão da sociedade brasileira, inclusive destacando aspectos culturais (SUERTEGARAY, 2018a). Ou com as de Milton

Santos, nas quais, em sua construção teórica sobre o espaço geográfico, argumenta sobre a relação entre sociedade e natureza, entre o meio natural e o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006). Esses dois autores abordavam a totalidade a partir de uma base: teoria, prática e práxis.

Em Suertegaray (2017b), foi destacada a importância de religar a Geografia. A proposta da autora também se estabelece a partir de sua base – os estudos da natureza, para apontar que essa Geografia, a partir da compreensão da totalidade não se constitui por meio de uma receita pré-determinada, mas resulta da capacidade dos pesquisadores, a partir da base teórica e empírica, de ampliar o diálogo. Logo, a proposta não nega a pluralidade de abordagens, mas aponta para a necessidade de que as mesmas tenham potencial articulador com uma Geografia da totalidade.

Neste primeiro número da *Ambientes: revista de Geografia e Ecologia Política*, julgou-se necessário situar tal discussão na questão ambiental. Sendo assim, ampliou-se o conteúdo da palestra *Perspectivas de uma Geografia pós-dicotômica: teorias, práticas e práxis*, proferida por Suertegaray no I SIMGAT: I Simpósio Nacional Geografia, Ambiente e Território (Presidente Prudente, novembro de 2018) (SUERTEGARAY, 2018b), com algumas discussões que se fazem presentes no NEGA, Núcleo de Estudos Geografia & Ambiente, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, as quais se pretende ampliar na Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental. Estas compreensões foram estabelecidas em projetos de pesquisa e de extensão, junto a comunidades ribeirinhas do Amazonas e junto a movimentos sociais de pescadores artesanais.

Tais experiências têm levado os autores a constituir um horizonte de compreensão das questões ambientais, questões as quais estão fortemente relacionadas a disputas e a conflitos territoriais. Entende-se, assim, como não sendo mais aceitável separar natureza de sociedade e que se faz necessário compreender a articulação conceitual entre ambiente e território. Mais do que isso, considerando os conceitos operacionais do Espaço Geográfico (SUERTEGARAY, 2001), a questão ambiental, sob a lente da Geografia,

ganha distinção, pois não decorre unicamente do impacto nos ecossistemas, mas, sobretudo, da repercussão destes sobre as comunidades, que estabelecem suas territorialidades de forma amalgamada à natureza, constituindo ambientes. Ressaltou-se em De Paula e Suertegaray (2018) que essas comunidades e suas territorialidades se distinguem da sociedade moderna capitalista, a qual “suja”, polui, para se apropriar.

Retomam-se as categorias da localização, da diferenciação, da distribuição e da conexão, presentes nas abordagens clássicas, para ressignificá-las, a partir dos desafios do fazer Geografia na contemporaneidade. Desta forma, a localização interessa, tanto para discutir o local na sua dimensão espacial quanto o “lugar” de fala dos sujeitos e dos pesquisadores, bem como para tratar das multiescalas da análise. Ao tratar a diferenciação, frisa-se a importância das pluralidades, das diferenças manifestadas na sociedade, mas que dialogam e, inclusive, integram argumentos de classe, frente às tensões decorrentes do capitalismo. A distribuição, na sua dimensão espacial, expõe a diferença do acesso à riqueza gerada às custas da exploração dos sujeitos, dos territórios e da degradação do ambiente. A conexão, enquanto promove processos teórico-metodológicos, permite “tecer junto” as diferentes dimensões que compõem a Geografia na busca da totalidade, por meio do diálogo entre propostas conceituais, ampliando os saberes dos sujeitos sociais.

Destaca-se que esse processo de reelaboração representa uma ruptura, sobretudo com a Geografia dita moderna. Como aponta Latour (1994), a modernidade estabeleceu ganhadores e perdedores (os não modernos). Repensar a localização, a diferenciação, a distribuição e a conexão, mais do que promover algo “novo” no pensamento geográfico, significa sanar, pelo menos em parte, a dívida que a Geografia moderna tem para com os sujeitos tornados invisíveis pela pesquisa geográfica.

Desta forma, faz-se necessário responder a uma nova questão, na elaboração de propostas de pesquisas: “com quem pesquisar?”. Deve-se destacar o papel dos sujeitos da/na análise, para a promoção de pesquisas vinculadas e comprometidas com o con-

texto social. Tal contexto remete a implicações éticas, pelo retorno das pesquisas às comunidades. Nas investigações com povos originários e com comunidades tradicionais, sobretudo, a pesquisa não pode contribuir apenas com a formulação de conhecimentos nas universidades, mas deve construir compreensões que sirvam às demandas de tais sujeitos e às de suas organizações sociais.

## 1. Ainda sobre a unidade

A unidade da Geografia, especialmente neste período histórico, é da maior importância. Há uma discussão latente na Geografia, hoje, que induz a pensar sobre compartimentação, fragmentação e/ou totalização. Resgatam-se, neste artigo, estas categorias/conceitos, pois elas perpassam esta discussão. Entendem-se compartimentação, fragmentação e totalização enquanto processos, sendo os dois primeiros de ruptura (embora, distintos). Compartimentação pode ser entendida como divisão, mantendo, ainda que de maneira frágil, a relação entre as partes, as quais constituem compartimentos/partes de uma unidade. Fragmentação constituiria parcelamento ou ruptura, esgarçamento. Por totalização compreende-se um processo em articulação, de contextualização (SUERTEGARAY, 2017a).

Numa visão ampla, observa-se, hoje, uma fragmentação da Geografia em diferentes temas, abordagens e caminhos investigativos. Há, por parte de geógrafos e geógrafas nacionais e internacionais, um mal-estar em relação ao primado da fragmentação, na medida em que esta fragmentação não permite a compreensão dos processos que fundam a nossa sociedade e que produzem o espaço geográfico.

Fragmentar a análise ou buscar uma explicação totalizante constituem também contradições pertinentes ao campo da construção atual do conhecimento, sobretudo após o advento da chamada Pós-Modernidade, mesmo considerando as visões contradi-

tórias desse conceito. No que tange a impactos socioambientais, os limites analíticos devem ser enfrentados, para compreender e para promover a dialética entre as dinâmicas naturais e sociais.

Tais conexões, natural e social, são caras à Geografia Clássica e, em diferentes dimensões da análise, se revelam necessárias para a compreensão do mundo contemporâneo. Sobretudo para aqueles que têm como preocupação fundante o entendimento do mundo e suas implicações na vida humana. A conexão permite ultrapassar a separação analítica dos componentes e das dimensões do espaço geográfico. A Geografia não escapou dessa circunstância, que, aliás, está no campo científico para além dela, ou seja, no debate entre fragmentação e totalização, aqui presente. Na interpretação ambiental, a análise não se vincula estritamente à dimensão natural, mas compreende as relações sociais: políticas, econômicas e culturais. O social amplia a compreensão do natural, pelo uso, pela apropriação e pelo valor atribuído ao ambiente. Em De Paula (2018a), a dialética entre natureza e sociedade se manifesta na abordagem territorial.

Para encaminhar essa discussão, colocaram-se, inicialmente, alguns elementos deste embate no campo geográfico. De um lado, estão os geógrafos, que consideram a fragmentação como uma possibilidade analítica ampliada pela diversidade dos possíveis temas. De outro, estão os que consideram como fundamental a necessidade de tratar a Geografia na perspectiva totalizante, balizada por seus conceitos fundantes. Na trajetória dos autores, tem-se assumido esse compromisso, a partir dos estudos da natureza (SUERTEGARAY, 1988; 2017b) e do território (DE PAULA, 2018a). Contudo, cabe entender-se quais são as implicações das perspectivas fragmentadoras ou totalizantes?

Neste ensaio, serão tecidas considerações sobre Geografia, com base na questão anteriormente expressa. Inicia-se refletindo sobre totalização. A partir desta reflexão, discute-se a fragmentação, que esgaça a compreensão do tecido social, tornando-se mais difícil compreender os mecanismos de apropriação da natureza e a expropriação de pessoas, de comunidades e/ou de segmentos sociais vulneráveis a essa dinâmica.

No âmbito da totalização, valorizam-se os estudos da natureza, na sua dimensão original, sobretudo, em relação ao estudo de processos no espaço-tempo, sem, contudo, deixar de reconhecer que a natureza original, no mundo atual, é, visivelmente, segunda natureza ou natureza transfigurada e, mais, que a natureza constitui-se das categorias científica e filosófica. Portanto, sendo produto de uma construção social/cultural, é mutável no espaço-tempo, como aponta Moscovici (1968). Prioriza-se, numa perspectiva geográfica totalizante, a busca de compreensão do movimento da sociedade, em que fatos ou eventos se inserem, a partir da compreensão do conceito de espaço geográfico, concebendo este como conceito balizador da análise geográfica (SUERTEGARAY, 2011; 2017a).

Nesse sentido, mais recentemente, no diálogo entre os autores deste texto, buscou-se compreender qual seria o *core* da Geografia, isso é, qual é a sua identidade no campo do conhecimento? Para alguns, esses pensamentos têm vínculos positivistas e correspondem à busca por um objeto. Agora, no campo científico as coisas e/ou os objetos são lidos através de conceitos, que, formulados, expressam uma compreensão do real e, da mesma forma, indicam com que lente o pesquisador observa a realidade. Ainda, a superação da noção de objeto, o *core*, possibilita visibilizar ou invisibilizar os sujeitos; logo, apresenta implicações no (e do) fazer geográfico. Desta forma, trata-se, sempre, mesmo considerando o espaço geográfico, de uma redução analítica, ou seja, por mais que, hoje, se deseje atingir o princípio da complexidade ou que se busque a compreensão da totalidade, não há possibilidade conceitual e analítica de chegar-se a esse resultado.

Toda a construção teórica é uma aproximação do real, uma representação aproximada, mas, nunca, o real na sua plenitude objetiva e no seu movimento. De qualquer sorte, a tarefa de quem produz conhecimento tem aí seu objetivo: buscar a compreensão mais fidedigna, se assim se pode dizer, da realidade em que se encontra envolvido. Como aponta Morin (1990), o real é complexo e inalcançável pela ciência moderna, tal como está apresentada. Para o autor, qualquer tentativa de alcançar a totalidade deve estar fundamentada na consciência da incerteza.



Nesse sentido, considera-se necessária uma construção geográfica que indique o sentido de unidade da Geografia e seus desdobramentos analíticos. Desta forma, empreender estes estudos depende também de associar conceitos e métodos, tanto nos estudos de epistemologia e de metodologia quanto na promoção de conceitos operacionais. Parte-se da compreensão do espaço geográfico como uno e múltiplo, ambos já descritos com maiores detalhes em Suertegaray (2001). Nada impede que, passado algum tempo, se percebam lacunas no referido enunciado, contudo.

Retomando o dito anteriormente, o espaço geográfico é compreendido como a expressão da conjunção entre o que é chamado de natureza e o que se compreende como sociedade. Decorre, daí, que natureza e sociedade devem ser reconhecidas como categorias ou como o concreto pensado, no âmbito do espaço geográfico, as quais podem ser lidas de diferentes maneiras, ou seja, através de diferentes conceitos. Portanto, há uma rede de conceitos que permite, de forma individual ou simultânea, analisar o espaço pela Geografia. Sendo assim, os conceitos geográficos são representações e, também, caminhos metodológicos. Neste caso, para citar os mais usuais, tem-se: a paisagem, a região, o território, as redes, o ambiente, o lugar (SUERTEGARAY, 2001; 2002a). Considera-se que estes são conceitos com os quais pode-se operar uma análise geográfica, pois permitem decifrar o espaço geográfico nas suas diferentes dimensões/configurações e, ao mesmo tempo, expressar suas conexões.

Para exemplificar a dialógica entre os conceitos de território e de ambiente, traz-se o estudo realizado por De Paula (2018b). Nesta análise, a associação entre territorialidades tradicionais e dinâmica ambiental parte de Raffestin (1986), que, fundamentado nas compreensões de **quadros de natureza**, de Moscovici (1968), argumenta sobre a ecogênese territorial (quando o espaço se expressa como território). Nesses quadros, sociedades tradicionais apresentam configurações territoriais distintas das sociedades que se modernizaram. Para as sociedades tradicionais, a **reserva**, que se pode ler como **a presença de recursos ambientais**, é fundamental para a manutenção da autonomia no/do território. Desta forma, a cultura reflete nas relações ambientais, assim como na dinâmica

territorial, ao ponto de que a separação entre território e ambiente incidiria na leitura fragmentada, no caso das comunidades tradicionais.

Entendendo fragmentação como separação de elementos da análise, a proposta em pauta aqui está comprometida em **distinguir sem separar**, como propõe Morin (1990). Em De Paula (2018a), a compressão dialógica entre território e ambiente, na *Geografia(s) da pesca artesanal brasileira*, distingue três possibilidades analíticas: impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território, sendo que:

Os **impactos ambientais** impedem a permanência dos nós, que expressam os pesqueiros tradicionais. Por afetarem os ecossistemas, a territorialidade deixa de existir, pois atinge a reserva, fundamental para a condição territorial das sociedades extrativistas. Por consequência, a reterritorialização dos pescadores acaba sendo realizada em áreas mais distantes, influenciando a rede, que liga pesqueiro e área de moradia e vivência. Acrescenta-se que a reterritorialização ocorre ao longo do tempo, na medida em que os pescadores adquirem conhecimentos sobre o ambiente inerente ao novo território-malha. (DE PAULA, 2018a, p. 164)

[...]

As **disputas no território** provocam pressão nos nós (pesqueiros tradicionais) e redes (que ligam território de moradia e vivência aos pesqueiros e liga pesqueiros). Isto, porque determinadas atividades impõem seu domínio sobre o território e geram impactos no ambiente e/ou impedem o deslocamento do pescador para o pesqueiro. Se a pesca artesanal e essas atividades não estão dispostas, incide em conflitos e ocorre a desterritorialização, frequentemente dos pescadores artesanais. (DE PAULA, 2018a, p. 178)

[...]

Tratando os **conflitos por território** de forma independente da ocorrência de impactos ambientais, a malha do território pesqueiro é ameaçada devido ao avanço de atividades econômicas sobre os nós expressos no lugar de moradia e vivência, principalmente. A influência de redes técnicas e de informação buscarão a subordinação da malha – território tradicional – aos seus preceitos. Segue a perspectiva de que o espaço não está ocupado ou de que é subutilizado. Desta forma, além da influência da rede que subordina cada vez mais o território tradicional à cidade e as suas demandas, há a presença de redes globais, que buscam a exploração do espaço por meio

de atividades econômicas, que vão utilizar o potencial de paisagismo e os atrativos “naturais” presentes no território tradicional. Há o conflito explícito entre lógicas de apropriação e de domínio do espaço. (DE PAULA, 2018a, p. 202)

Esse exemplo serve para destacar que, na compreensão totalizante do espaço geográfico, o uso de conceitos operacionais pode ocorrer de forma dialógica. Contudo, a expressão desse diálogo também se distingue segundo culturas e no tempo. Não obstante, atenta-se para o fato de que o diálogo conceitual não resulta em uma única compreensão, mas permite distinguir propostas interpretativas frente à complexidade do real. O reconhecimento de distinções de interpretação configura uma das estratégias na busca da superação de separações das partes, o que implica fragmentação.

## **2. Repensar as noções de localização, de diferenciação, de distribuição e de conexão**

89

---

Configuram obstáculos à promoção da unidade na Geografia as iniciativas que buscam isolar ou reduzir a realidade. Desta forma, as noções de localização, de diferenciação, de distribuição e de conexão devem ser discutidas, para a promoção de uma perspectiva totalizante, para contrapor seus usos à compartimentação e à fragmentação.

Além dos conceitos operacionais do espaço geográfico, percebe-se que outros constituintes, inclusive não explicitados, ou desconsiderados por algum tempo, ainda estão presentes, quando de uma análise geográfica, quais sejam: a localização, a diferenciação, a distribuição e as conexões. A reflexão com mais vagar permite encontrar, por vezes, de forma intuitiva, essas categorias, assim chamadas, uma vez que ultrapassam a Geografia, estando presentes em sua operacionalidade científica e, particularmente, no conjunto de textos geográficos.

Na fala de Suertegaray (2018b), a localização indica uma posição em um local, uma posição em um lugar, uma posição em uma região, em um território, em uma rede ou em

um ambiente. Ou em um lugar de fala. De onde o sujeito está, ocupa uma e várias posições, desde a posição absoluta à posição relativa, e expressa sua localização, também, a partir do seu lugar de fala. A localização foi, em certo momento, considerada desnecessária, uma vez que se vive, na atualidade, a aceleração do tempo, que aniquila o espaço, lembrando Paul Virilio (1984). No entanto, em contraposição, escreveu Milton Santos que se está no mundo a partir do lugar (SANTOS, 2006).

Hoje, com toda a tecnologia de informação disponível, pode-se pensar e conceber que, virtualmente, está-se em vários locais, simultaneamente. Entretanto, o corpo está em um determinado local e apenas em um local. E esse corpo individual e coletivo está, hoje, sob controle. Os tempos atuais se revelam como um contexto social de controle. Cada vez mais, os sujeitos encontram-se objetiva e cartesianamente localizados, mesmo nas redes sociais. Ou seja, as redes virtuais localizam onde eles estão; e mais: sabem o que dizem e de que lugar falam. Esse **ser virtual** controla, sugere caminhos, vigia... A localização, algo aparentemente banal, é, hoje, para a Geografia, um instrumento, uma forma de controle, seja dos corpos individuais, seja dos corpos coletivos (SUERTEGARAY, 2018b).

A localização tem implicações na diferenciação. Estando os sujeitos localizados, ocupam diferentes locais e/ou lugares (de identificação e/ou de identidade). Nesse sentido, à Geografia cabe reconhecer as diferenças; não apenas para descrevê-las, como vinha e ainda vem fazendo, mas para compreender e/ou para explicar as razões sociais da diferença. E, aqui, cabe lembrar: não só as diferenças de gênero, de etnia, mas, também, e significativamente, as diferenças entendidas, como desigualdades sociais, em todas as suas dimensões. Isto significa dizer que o lugar que é ocupado individual e/ou coletivamente é sempre diferente do outro, e que este olhar pode ser ampliado ou sintetizado, no âmbito da análise social.

Toma-se o exemplo da concepção de classe social: muito se discute a esse respeito, inclusive quanto à inexistência de classes sociais. Considera-se necessário entender que

classe social é um conceito explicativo do mundo, sendo, portanto, construído em articulação com outros conceitos, numa rede de representações e de leituras, expressas em uma dada concepção teórica. Este conceito permite uma possibilidade de leitura da realidade. Ele agrupa as pessoas sob a perspectiva da dominação capitalista, uma sociedade na qual há dominados e dominadores, oprimidos e opressores. Neste conjunto e sob este conceito estão incluídos como iguais todos os corpos oprimidos, sejam eles os mais diversos, na sua dimensão individual.

Agora, ampliando essa visão, ao tomar referências diferentes para a definição de classe, verificam-se diferenciações, inúmeras diferenciações, sejam de gênero, sejam de etnia, sejam de modo de viver. Essas diferenças se assentam, no limite, no corpo. É isto que têm buscado fazer as geografias cultural e de gênero, por exemplo.

Como aponta De Paula (2018a; 2019), as ausências de sujeitos e de territórios na pesquisa Geográfica (re)afirmam invisibilidades sociais. Ainda sobre a localização, o autor destaca que, para os movimentos sociais de pescadores(as) artesanais, o processo de instalação de atividades causadoras de degradação ambiental exprime o fascismo territorial (SANTOS, 2007) a que estão sujeitas as comunidades. Esse processo também é compreendido como racismo ambiental, quando a localização de tais empreendimentos ocorre sobre territórios de comunidades pobres e majoritariamente negras e, não, nos territórios de interesse dos detentores do poder econômico e político.

Para além da escolha temática, essa articulação em busca da compreensão totalizante no campo geográfico deve estar articulada com o espaço (geográfico), o que objetiva o resgate, aqui, da categoria distribuição. Ou seja, distribuição, na Geografia, expressa uma articulação forte, com semelhanças e diferenças, o que equivale a dizer que a desigualdade e as diferenças estão presentes, na sociedade como um todo, mas se materializam numa localização, que se configura no que se denomina diferenciação espacial. Significa dizer que diferenças sociais materializadas no espaço geográfico se expressam através da forma, da paisagem, por exemplo, mas, também, através dos processos de reprodução social. Reprodução esta, que, em uma sociedade capitalista, como a na qual

se vive, chamada de capitalismo “avançado” culturalmente pós-moderno, é a expressão geográfica do avanço “para trás...”, um retrocesso, que se configura, na atualidade, na tentativa de moldar o mundo.

Tapia (2008) discute, a partir do modo de produção capitalista, os movimentos sociais no contexto latino-americano, a partir do processo colonizador e da instituição das democracias, e destaca, na análise, as desigualdades geradas na distribuição da riqueza. Segundo o autor, as culturas que viveram e vivem em formas comunais de produção e de governo destinam boa parte dos seus excedentes (a parte maldita) para relações de reciprocidade.

Destarte, o excedente constitui a base em que se instituiu a dominação, pela exclusão dos trabalhadores do seu usufruto. Logo, existe soberania da comunidade, quando o tempo e o consumo do excedente são o mesmo da produção. A política é considerada o campo privilegiado da soberania, porque define as normas para o consumo e os graus de inclusão ou de exclusão (TAPIA, 2008)

Com base em Tapia (2008), conclui-se que a “exploração-exclusão-dominação de caráter colonial consiste no desconhecimento e na negação da igualdade entre os princípios organizadores e de governo entre sociedades diferentes” (DE PAULA, 2018a). As desigualdades são, então, instituídas pelo poder político dominante, a partir do qual umas sociedades trabalham para as outras.

A conexão, princípio presente na Geografia Clássica, permite compreender os fenômenos da localização e da distribuição. Tal compreensão, na atualidade, pode receber contribuições dos princípios da complexidade, apontados por Morin (1990).

Hoje, fala-se em complexidade. Na origem, complexidade designava aquilo que era tecido junto; ora, tecer junto é estabelecer conexões e construir uma interpretação que expresse a totalidade analítica possível do objeto investigado. Para isso, a escala na análise passa a ser uma constituinte fundamental. É este instrumento analítico que permite aproximar e afastar o olhar investigativo e buscar uma explicação totalizante, capaz de

dar conta de compreender as razões de ordens social, política e econômica das configurações espaciais e dos limites territorializantes impostos sobre estes e por estes espaços.

Para Morin (1990), os limites das interpretações, na ciência moderna devem-se, principalmente, ao paradigma da simplificação, que se expressa pelo conjunto de princípios da disjunção, da redução e da abstração. Logo, as análises buscam separar ou reduzir elementos da realidade. Para o autor, faz-se necessário reintegrar o homem entre os seres naturais, para deles distingui-lo, mas, não, para reduzi-lo a essa situação.

Não se pretende, no entanto, confundir holismo com complexidade. A aspiração à complexidade traz em si a busca pela completude, uma vez que se sabe que tudo é solidário e que tudo é multidimensional. Mas a consciência da complexidade leva a “reconhecer que não poderemos nunca escapar à incerteza e, por isso, não teremos um saber total”. Nesta compreensão, a totalidade é a não verdade (MORIN, 1990, p. 100).

Morin (1990, p. 22) propõe, então, substituir os princípios da disjunção/redução pelos da distinção/conjunção, que permitem “distinguir sem separar, associar sem identificar ou reduzir e, assim, elaborar conhecimentos fundados na complexidade”. Em tal proposta, Morin apresenta como princípios para promover a complexidade: o dialógico, o recursivo organizacional e o hologramático.

Certamente que outras categorias são possíveis de reflexão, quais sejam: forma, processos e representações. Cada uma destas foi central, em diferentes momentos da Geografia, e, em certa medida, o debate geográfico veio, enfatizando a necessidade de superação de uma ou de outra. Há um tempo, valorizou-se a Geografia enquanto o estudo da forma, representada, por exemplo, pela materialidade da paisagem. A valorização dos processos indicava a necessidade de compreender o movimento sem, contudo, desconhecer a forma herdada e a forma produzida no movimento. Mais recentemente, o sentido da análise, em parte, se desloca para as representações. Estas, no entanto, não devem ser reconhecidas como constituintes exclusivas de um processo específico, e, sim,

de um movimento da sociedade no espaço-tempo. Representações fazem parte do movimento da sociedade, da totalidade. Representações são expressões conceituais forjadas e produtoras da materialidade da vida, individual e social.

### 3. Com quem pesquisar? – Diálogo e conexões

Para além da análise, buscando uma compreensão do que poderia ser a dimensão fundamental do fazer geográfico, uma outra questão se impõe, a partir das reflexões, como já dito no NEGA/UFRGS, mas, sobretudo, entre os autores deste texto, considerando as ações em termos de pesquisa e de extensão universitárias, nas quais são parceiros: com quem pesquisar?

Serão destacadas as reflexões resultantes de um processo de pesquisa que se inicia em 2012, na Floresta Nacional de Tefé (FLONA de Tefé), no Amazonas, e que apresenta desdobramentos até o presente, quando está em construção um Atlas Escolar para as comunidades ribeirinhas desta unidade de conservação.

A definição de com quem estabelecer parcerias, na pesquisa e na extensão, não foi algo definido *a priori*. Inclusive, ao longo dos sete anos de projetos na FLONA de Tefé, o próprio grupo de pesquisadores foi reelaborando suas definições e reorientando suas práticas.

Se fosse perguntado, em 2012, “com quem pesquisar?”, provavelmente a resposta seria: “com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio”. Porque, na época, os gestores da unidade de conservação procuraram o NEGA para pedir apoio na elaboração de mapas e do zoneamento, os quais integrariam o plano de manejo que estava em construção. O diálogo com o ICMBio se dava no sentido de adequar procedimentos acadêmicos e técnicos, para suprir as necessidades do plano. Por outro lado,



o ICMBio já vinha dialogando com as comunidades desde longa data, de forma que, naquele primeiro contato entre grupo de pesquisadores e comunitários, os gestores do ICMBio foram os mediadores.

Na medida em que houve os primeiros trabalhos de campo e que os pesquisadores foram ampliando o diálogo com os comunitários, percebiam os seus anseios e, frequentemente, recebiam demandas concretas. Essa troca, a dialógica entre pesquisadores e ribeirinhos, resultou em produtos técnicos amplamente discutidos e avaliados pelos comunitários, os quais passaram a integrar o plano de manejo, mas, também, provocaram discussões, no âmbito do NEGA. Destaca-se por exemplo, o livro “Brasil Feições Ilustradas” de Suertegaray (2016), no qual a autora apresenta conceitos, paisagens e processos da geomorfologia, a partir de toponímias e de compreensões locais, inclusive desses ribeirinhos amazônicos.

Além de ampliar discussões sobre território e sobre ambiente, no NEGA, em seus diversos projetos coletivos e individuais (dissertações e teses), o aprendizado em cartografia social, (re)elaborado ao longo do processo de mapeamento, também passou a ocupar espaço de destaque nas discussões do grupo de pesquisa, inclusive, com participações em eventos internacionais, como no curso Cartografia Social, ministrado na Universidade de Entre Rios, Argentina.

Nas comunidades da FLONA de Tefé, observou-se que o processo de construção do plano de manejo do qual os pesquisadores participaram permitiu, para além do reconhecimento local da vida de ribeirinhos na Amazônia, promover o autorreconhecimento dos sujeitos (ribeirinhos) e de suas existências, favorecendo suas construções organizativas (Associação das Comunidades, Acordo de Pesca, Jovens Protagonistas e, mais recentemente, a Organização das Mulheres da FLONA) e o desenvolvimento da agricultura ecológica, além da participação dos comunitários no Conselho da FLONA e oportunizando a busca coletiva por soluções às demandas locais.

Contudo, na medida em que o canal de diálogo se abre, a relação sujeito-objeto se dissolve, para dar espaço ao diálogo entre sujeitos. Os sujeitos ribeirinhos, então, também escolhem dialogar com os sujeitos pesquisadores, apresentar suas compreensões, acreditando que as mesmas serão valorizadas nos processos de pesquisa. Há um compromisso ético entre as partes que se dispõem ao diálogo. Mais do que isso, os sujeitos ribeirinhos passam a demandar pesquisas que contribuam com os seus modos de viver. Foi nesse contexto que, em 2014, por demanda dos sujeitos ribeirinhos, em um processo que se pode chamar de pesquisa-ação (DENZIN; LINCOLN, 2006), a continuidade do projeto se deu na construção de materiais didáticos que expressassem os modos de viver das comunidades ribeirinhas da FLONA de Tefé.

Todo o tempo, a construção dos textos e as proposições didáticas buscaram expressar as compreensões dos ribeirinhos. Na escrita, foi proposto que os textos fossem redigidos em primeira pessoa, como se fossem os próprios sujeitos falando. Para a surpresa dos pesquisadores, no momento de avaliação do material produzido, os ribeirinhos solicitaram que a fala fosse em 3ª pessoa: “os pesquisadores falando dos ribeirinhos”. Aprendeu-se, com isso, que, por maior que seja o esforço da pesquisa em abrir espaço aos conhecimentos tradicionais e populares, nos materiais didáticos, trata-se, ainda, de um texto elaborado por pesquisadores, e que uma fala não substitui a outra. Em suma, o texto, como uma leitura de pesquisadores sobre ribeirinhos, permite compreender que os primeiros estavam abertos ao diálogo, à crítica, bem como que comprometidos com as propostas dos segundos, o que os valorizava, enquanto sujeitos.

Ao mesmo tempo que se avançou na superação de compreensões dicotômicas da relação sujeito/objeto, importa enaltecer que, nesse processo, por diversas vezes, os pesquisadores perceberam-se “condicionados” pelas compreensões dicotômicas presentes na Geografia. Buscou-se construir os materiais, observando as ideias totalizantes das proposições de conceitos operacionais do espaço geográfico, mas a academia “molda” os pesquisadores. Destaca-se que, neste processo de revisão dos materiais pelos ribeiri-

nhos, a apresentação dos pesquisadores foi “clássica”, pois partia do texto sobre a natureza para, depois, tratar do histórico de ocupação dos espaços locais, por parte das comunidades. O diálogo com os ribeirinhos, no entanto, fez a equipe rever essa ordenação, uma vez que eles desejaram que partisse do histórico da chegada das comunidades, da constituição das comunidades, para, então, expor a natureza que encontraram, as formas de trabalho e a cultura construída pelos povos dos rios e da floresta. O fazer Geografia está impregnado dessas perspectivas dicotômicas e o olhar atento desses sujeitos ribeirinhos, bem como o de outras comunidades tradicionais, pode ajudar os pesquisadores na superação dessas limitações.

Pesquisar com quem rompe com o fazer clássico coloca o pesquisador em relação com o outro, permitindo que sejam identificados lugares, modos de vida e visões de mundo distintas. Tal mudança também exige uma produção de conhecimento dialética e dialógica, posto que a experiência poderá ser, para além de interpretativa, uma possibilidade de colocar-se no lugar do outro, de deslocar-se, considerando todos os envolvidos no ato de reconhecimento do espaço geográfico, do lugar/dos lugares, das lutas, dos conflitos e das superações.

#### **4. O diálogo que não se encerra com conclusões**

É importante ressaltar que, nas compreensões dos autores, há pontos de convergências, assim como poderão existir outros de não convergência., logo não haverá uma conclusão. O debate é contínuo e as ideias se forjam no movimento espaço-temporal. Quando se trata de pesquisar com quem, também é necessário apontar que ninguém está sozinho na pesquisa, que o diálogo entre sujeitos pesquisadores está presente. E que este texto vem sendo pensado e discutido, faz algum tempo, entre os autores.

Fazer Geografia, sob uma perspectiva totalizante talvez não seja uma tarefa a ser assumida de forma solitária. O olhar do outro instiga, identifica vícios na pesquisa e assume aprendizados elaborados ao longo da trajetória acadêmica. Assim, ao produzir conhecimentos, aprende-se com o outro, em suas experiências exitosas ou não. O diálogo com o outro amplia problemáticas, ao mesmo tempo em que soma forças para responder a elas.

No processo de formação em pós-graduação, o diálogo entre os autores tem sido constante e profícuo. Em De Paula (2013), o texto *Ritmos e subordinação da natureza: tempos longos... tempos curtos* (Suertegaray 2002b; 2017) foi fundamental para pensar território e ambiente, a partir de um contínuo “do território da natureza à natureza do território”. Por outro lado, a referida pesquisa de De Paula (2013), entre outras, serve de base para Suertegaray (2013; 2014), que, ao se referir ao conceito de ambiente, propõe que a Geografia apresente um tratamento diferenciado quanto a ambiente e quanto a impactos ambientais, em relação à ecologia, pois a abordagem da Geografia não se resume a apresentar as transfigurações produzidas na natureza pelas formas de exploração dos recursos, mas busca, também, descrever a repercussão desta degradação/transfiguração nas comunidades que dependem dos recursos locais, que vivem no local, que têm identidade com aquele lugar.

Tem-se buscado discutir a Geografia a partir da dialógica/dialética entre território e ambiente. Em texto recente, publicado na revista *Terra Livre*, os autores discutem as faces da modernização apresentadas por De Paula (2018a), mas em diálogo com o **mal limpo**, de Serres (2011), a partir dos entendimentos de Suertegaray, quanto ao Materialismo Histórico e Dialético. Apresenta-se, pois, a reflexão de que o capitalismo suja para se apropriar e que, nesse processo, se distinguem territórios tradicionais (do limpo) e modernos (do sujo). Tais compreensões expressam a dialógica entre os autores, o potencial do diálogo, o que não exclui a tensão dialética (e os dissensos), no compromisso de buscar a totalidade.

Conceber com quem estudar envolve compreender que o conhecimento é mais amplo do que o acadêmico, mas, sobretudo, que as necessidades humanas decorrentes da sociedade em que se vive se ampliam e se complexificam e que a luta pelos espaços, sejam os que forem, é cada vez mais necessária.

Enfim, retomando, em forma de síntese: o pensamento aqui exposto constitui um ensaio escrito a partir de uma longa experiência produzindo Geografia, nas suas diferentes possibilidades e em diferentes lugares, em diálogo com um jovem pesquisador, cujas pesquisas e reflexões se expressam neste texto.

Este percurso ensina que o sujeito está no mundo, como dizia Milton Santos (2006), a partir do lugar, seja identitário, seja de coexistência. Cada lugar é diferenciado de outro, seja pela sua natureza, seja pelas formas de relacionamento humano. A diferenciação, portanto, explica a contradição social, uma vez que o diferente só é diferente na relação com o outro. A diferenciação evidencia a pluralidade, seja quanto à forma de "ser entre", seja quanto aos espaços geográficos.

Contudo, compreender a diferenciação depende da compreensão dos processos que a produzem e que a reproduzem. Homens e mulheres e seus espaços de vida (os espaços geográficos), na sua relação intrínseca com os componentes, no contexto da fragmentação geográfica, se tornam ausências. Aqui, a referência é ao que se denomina natureza e a sua presença ressignificada na concepção de ambiente, enquanto natureza transfigurada.

Para tanto, é necessário o esforço de compreender o mundo na sua escala organizativa global. Não, necessariamente, de uma perspectiva holística, biologicamente sistêmica, mas, fundamentalmente, de uma perspectiva totalizante, na qual o contraditório se manifesta, sobretudo, na luta política contra a dominação das forças políticas e econômicas homogeneizantes.

É o conhecimento do mundo que explicitará o lugar ocupado individual e socialmente e que estimulará a práxis e a superação das contradições e dos conflitos vivenciados.

Por isso, considera-se que a Geografia permite compreender o mundo e, ao tomar-se consciência do mundo, coloca-se os pés na terra, na qual a luta (política) se faz por espaço, por recursos, por lugares de existência. Por isso, hoje, faz-se necessário perguntar: pesquisar, sobretudo, com quem?

Com quem, aqui, corresponderia a: construção de uma pesquisa com os sujeitos envolvidos nos eventos os quais deseja-se compreender; reconhecer que este processo é o resgate do significado da práxis e que somente através da práxis pode-se contribuir para um caminho emancipatório dos sujeitos envolvidos num dado processo, incluindo, entre estes sujeitos, os próprios pesquisadores.

## Referências

- DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal**: fórum Delta do Jacuí. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018a.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 79-106, set./dez. 2018b.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Modernização e Pesca Artesanal Brasileira: a expressão do “mal limpo”. **Terra Livre**, v. 1, n. 50, p. 97-130, 2018.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma. Geografias das Ausências e Geografias das Emergências. **GEOUSP**, v. 23, n. 1, p.95-11, 2019.
- DENZIN, Normam; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa**: Teorias e abordagens. 2ª. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, ed. 1º, 1994.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MOSCOVICI, Serge. **Essai sur l'Histoire Humaine de la Nature**. Paris: Flammarion, 1968.

RAFFESTIN, Claude. Ecogenèse territoriale et territorialité. In: AURIAC, Franck; BRUNET, Roger. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard & Fondation Diderot, 1986, p. 175-185.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed, 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SERRES, Michael. **O Mal Limpo. Poluir para se apropriar?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Trajatória da natureza**: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí/RS. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 93, jul., 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia Física e Geomorfologia**: uma (re) leitura. 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2002a.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Tempos Longos. Tempos Curtos. Na Análise da Natureza. **Geografares**, Vitória, p. 159-164, jun. 2002b.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Naturezas: Epistemes inscritas nos conflitos sociais. **Terra Livre**, ano 29, v. 2, n. 41, p. 17-30, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e ambiente: desafios ou novos olhares. **Revista Mato-Grossense de Geografia** - Cuiabá, v. 17, n. 1, p. 3-14, 2014.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **BRASIL**: feições ilustradas. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Debate contemporâneo: geografias ou geografia? Fragmentação ou totalização? **Geographia**, v. 19, n. 41, p. 95-102, 2017a.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Religar a Geografia**: natureza e sociedade. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017b.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física na educação básica, ou o que ensinar sobre natureza em Geografia. In: MORAES, Eliana Marta Barbosa de; ALVES, Adriana Olivia; ASCENÇÃO, Valéria Roque. **Contribuições da Geografia Física para o Ensino de Geografia**. Goiânia: Caixa Alta produções, 2018a.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Perspectivas de uma Geografia pós-dicotômica: teorias, práticas e práxis. **Conferência de Abertura do I Simpósio Nacional Geografia, Ambiente e Território (SIMGAT)**, Presidente Prudente, 2018b.

TAPIA, Luis Mealla. **Política Salvaje**. La Paz: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008.

VIRILIO, Paul. **Guerra Pura**. A militarização do cotidiano. São Paulo: Editora Brasiliense. 1984.

**Dirce Maria Antunes Suertegaray** é Doutora em Geografia Física pela USP, Docente no POSGea/UFRGS e professora visitante no PPG/UFPB. **E-mail**: dircesuerte@gmail.com

**Cristiano Quaresma de Paula** é Doutor em Geografia pela UFRGS e pós-doutorando do PPGGEO/UFGA **E-mail**: cqpggeo@gmail.com

Artigo enviado em 01/04/2019 e aprovado em 06/05/2019.